

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 15

8 de setembro de 2020

(17:13 h – 18:55 h)

Ordem do dia: Audição do Sr. Carlos Fernandes do Jogo, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Marina Gonçalves (PS)

Olga Silvestre (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

Eurídice Pereira (PS)

Emília Cerqueira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Esta reunião ordinária destina-se ao depoimento e audição do Sr. Carlos Fernandes do Jogo, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Cumprimento o nosso depoente, a quem dou as boas-vindas e agradeço a presença. Conforme o Sr. Presidente já deverá saber — mas não deixamos nunca de o explicar no início das audições —, a audição desta Comissão Parlamentar é feita em três rondas possíveis, consistindo a primeira ronda numa intervenção de 8 minutos por cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta e resposta imediata; há uma segunda ronda, em que cada grupo parlamentar faz uma intervenção de até 5 minutos, com resposta conjunta, e nessa altura vou fazer-lhe um apelo para que comece a registar as perguntas, porque são muitas; e, eventualmente, uma terceira ronda, com 3 minutos para cada grupo parlamentar, sendo que cada Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado poderá requerer 2 minutos para intervir a título individual.

As pessoas que são ouvidas na Comissão dispõem da prerrogativa de fazer uma intervenção inicial de até 15 minutos, sobre o tema ou o enquadramento do mesmo, não sendo obrigatório que o façam. Assim, pergunto-lhe se pretende fazer uma intervenção inicial ou se podemos dar início, de imediato, à nossa audição.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo** (Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde e obrigado, desde já, pelo convite para esclarecimento.

Da minha parte, não desejo fazer nenhuma intervenção inicial.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, damos início à nossa audição.

O grupo parlamentar que inicia é o do CDS, tendo a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande e agradecer-lhe a disponibilidade para estar aqui connosco.

Sendo o primeiro a iniciar esta audição, e não me sobrepondo àquilo que o Sr. Presidente da Comissão já teve oportunidade de dizer, manifesto o nosso respeito, enquanto órgão de soberania, por quem, genericamente, já tem a responsabilidade de representar o Estado no terreno, ao nível mais próximo que existe dos cidadãos, que é o nível da freguesia, ainda para mais tendo assumido funções depois de uma tragédia destas, como assumiu.

Sabemos que quem lidou com aquele momento de tragédia viveu tempos que não conseguimos imaginar. Certamente que quem viveu esse momento pessoalmente e, depois, veio a ter responsabilidades públicas teve também um impacto muito grande por tudo o que na comunidade resultou daquele incêndio e por toda a devastação que ele trouxe, em primeiro lugar ao nível de vidas humanas, mas também ao nível de consequências materiais, seja nas habitações, seja nas atividades económicas.

Portanto, queria também prestar a minha gratidão e reconhecimento pelo que todos os autarcas — que o senhor aqui representa, no caso da freguesia — têm feito neste caso.

Estamos aqui para averiguar o que aconteceu com os apoios dados na sequência dos incêndios e a primeira pergunta que lhe faço é esta: qual foi o nível de envolvimento e de proximidade que o senhor, enquanto Presidente da Junta, teve com esses apoios? Ou seja, pergunto-lhe se lidou com os apoios, se foi ouvido por quem apoiou, se foi ouvido por quem geriu a atribuição dos apoios ou se foi envolvido nessa atribuição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente da Junta.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Ora, como o Sr. Deputado disse, eu entrei pós-incêndio. Quando cheguei à Junta de Freguesia, ela já não possuía quaisquer bens materiais para fazer donativos, pelo que já não vivi com essa situação.

Vivi a situação um pouco devido à minha situação profissional, porque sou administrativo no Centro de Saúde e, de facto, foram momentos mesmo trágicos. Ou seja, de pessoas, durante a noite... Ainda por cima, a mãe de um colega meu, também administrativo — éramos os únicos —, perdeu a casa e eu fiquei ali, dois ou três dias, um pouco a dar cobertura à situação. Realmente, foi trágico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Certamente, Sr. Presidente. Nem sabia dessa segunda circunstância, mas, tendo também lidado na resposta de saúde, mais impacto ainda terá tido aquela situação.

Não falava apenas dos apoios em géneros alimentares ou outros, como roupas, que sabemos que chegaram à região nessa altura. Falava, em concreto, da questão dos apoios públicos, ou geridos por entidades públicas,

para reconstrução de habitações, para apoio à atividade económica ou para restabelecimento de potencial produtivo.

Nestas áreas, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, teve envolvimento ou conhecimento de como esses processos correram?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não tive qualquer envolvimento nem estive ligado a essa situação. Foi mais o município, em si. A Junta de Freguesia não teve envolvimento nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O município, dentro da responsabilidade que teve, articulou e trabalhou com as juntas de freguesia ou geriu a situação apenas por si?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se, por acaso, articulou, foi com o anterior Executivo, comigo não houve qualquer intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Houve casos em que os cidadãos, tendo situações para resolver, se tenham dirigido à Junta, ou concretamente ao Sr. Presidente, perguntando como é que estava o processo das casas, a questão do apoio aos agricultores ou a questão do apoio às

empresas? Isso de os cidadãos se dirigirem ao Sr. Presidente, ou à Junta, para obterem informação sobre essas matérias aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não aconteceu. E não aconteceu pela simples razão de que foi criada uma comissão, o REVITA, e todas essas situações eram encaminhadas para o REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem, chegamos a outro ponto. Alguma vez reuniu com o REVITA, fosse na componente política, fosse na componente técnica, com quem andava no terreno pelo REVITA? Alguma vez contactaram consigo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não tive qualquer contacto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Faço agora uma pergunta que vem na sequência das anteriores: pelo que viu depois, na reconstrução e nos apoios, considera que o conhecimento do terreno por parte da Junta de Freguesia — do Sr. Presidente, naturalmente, mas da Junta, enquanto órgão de proximidade — poderia ter ajudado a que as coisas tivessem corrido melhor do ponto de vista da canalização dos apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Penso que não, porque a autarquia conhecia perfeitamente a freguesia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só para clarificar: quando diz «a autarquia» é a Câmara Municipal?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, só para efeito de gravação, para ficar esclarecido.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Teve conhecimento de que nestes apoios, e começando pela questão das casas, houvesse queixas de vários tipos? Queixas de quem tivesse uma primeira habitação que não tivesse sido apoiada na reconstrução, queixas de quem tivesse uma segunda habitação e achasse que essa segunda habitação também deveria ter sido apoiada na reconstrução...

Houve ou não esse tipo de abordagem, por parte de cidadãos, à Junta de Freguesia e ao Sr. Presidente em concreto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Pelo que sei, as primeiras habitações estão todas reconstruídas. Quanto às segundas habitações, provavelmente seria de bom gosto serem reconstruídas, porque há pessoas

que vivem na cidade, mas não têm casa na cidade. Estão a viver numa casa arrendada na cidade e resolveram investir as suas «migalhitas» para fazerem uma casa na terra natal.

Como se lá diz, «muito mau é o passarinho que não gosta do seu ninho», ou seja, todos gostam da terra natal e sei de pessoas que, realmente, vivem na cidade, mas têm ali a sua casa para lá irem passar uns dias. Decerto, gostariam de a ver reconstruída.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do conhecimento que tem, porque é que isso não aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não sei se o dinheiro não terá chegado, não sei... a essa parte não sei responder em concreto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sendo Presidente da Junta, tem assento na Assembleia Municipal. Alguma vez esta questão das segundas habitações foi discutida em Assembleia Municipal?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Muito concretamente, não me recordo, mas era intenção do município, da Câmara Municipal, reconstruir todas as habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Havendo essa intenção, o Sr. Presidente sabe o que é que a Câmara fez para que ela se materializasse e viesse a acontecer mesmo, na prática?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não lhe sei responder. Muito sinceramente, não lhe sei responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem.

Tenho uma última questão sobre habitações. O Sr. Presidente não ignora, obviamente, as notícias de processos judiciais e o relatório do Tribunal de Contas. Tem conhecimento factual de queixas sobre injustiça na atribuição destes apoios e de, eventualmente, eles terem chegado a algumas segundas habitações e não a outras?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não lhe sei responder afirmativamente nem negativamente.

Fala-se, mas eu, propriamente, não tenho firmeza, por isso, nem posso dizer que não nem que sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não me leve a mal insistir um pouco nisto, mas é só para tentar clarificar a resposta.

O Sr. Presidente conhece muito bem a sua freguesia, não tenho dúvida disso. Quando responde que não consegue dizer, é porque há habitações que foram reconstruídas e o Sr. Presidente não tem a certeza se deveriam ser consideradas primeira ou segunda habitação ou porque tem dúvidas sobre se essa segunda habitação — que se possa dizer que foi reconstruída — foi reconstruída com dinheiro público ou com dinheiro privado?

Qual é a dúvida que tem para não poder afirmar?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente da Junta.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Felizmente, a minha freguesia, Pedrógão Grande, foi uma das menos sacrificadas nos incêndios. Graça e Vila Facaia foram muito mais sacrificadas.

Pelo que sei, na minha freguesia eram todas primeiras habitações. Não digo que não tenha ardido mais qualquer coisa, mas o grande número foi de primeira habitação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, já não vou ter tempo para ir à parte da atividade económica, mas vou à parte florestal.

Como sabe, na sequência dos incêndios, houve um discurso político da parte de todos os responsáveis de que o reordenamento florestal naquela região iria ser exemplar e, até, que algumas medidas de leis novas iriam ter como aplicação-piloto, primeira aplicação, aquela região.

Houve também muita gente que culpou o eucalipto por aquilo que aconteceu, dizendo, ao mesmo tempo, que as leis novas iriam evitar que a proliferação de eucaliptos viesse a gerar uma situação idêntica àquela.

O que lhe pergunto, Sr. Presidente, é o seguinte: o que é que conhece que tenha sido feito no terreno para que o ordenamento florestal seja alterado? Que desenho de mosaicos foi feito para que haja espécies diferentes e até zonas de proteção para que os incêndios não progridam tão rapidamente? E, em concreto, o que foi feito para que a regeneração do eucalipto não acontecesse por si — como tenho ideia que está a acontecer, do conhecimento que tenho do território — e, a existir, fosse feita de forma ordenada?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Carlos Fernandes do Jogo, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Com respeito à floresta, penso que não foi feito praticamente nada. Apenas foi feita a georreferenciação, cativando-se um pouco os proprietários a fazerem-na.

A nível dos projetos florestais, não houve qualquer movimento para bem de evitar os incêndios. Fala-se no eucalipto — muito bem! —, mas a acácia, ou seja, a mimosa, ainda é muito pior do que o eucalipto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma infestante.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — É uma infestante e ou se toma medidas rapidamente ou o interior de Portugal vai terminar só com infestantes.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Terminada a primeira ronda de perguntas do Grupo Parlamentar do CDS, passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marina Gonçalves.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais, queria cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, agradecer os esclarecimentos que nos deu e, sobretudo, salientar que, para o Partido Socialista, o trabalho que estamos a fazer nesta Comissão de Inquérito é, efetivamente, o de avaliar todo o processo de atribuição dos apoios. Centramo-nos nesse ponto em particular, não refutando que haja qualquer tipo de aproveitamento político, de diabolização das vítimas dos incêndios e, obviamente, dos apoios que foram justamente atribuídos para que estas pessoas possam recuperar, dentro do possível, a normalidade das suas vidas e também da região.

Por isso, começo com uma pergunta muito genérica, relativamente aos apoios que foram atribuídos. Falando genericamente dos apoios à habitação, às empresas, aos equipamentos coletivos e ao potencial produtivo da região, pergunto: esse apoio foi ou não fundamental — não apenas para Pedrógão Grande, mas obviamente para toda a região — para criar condições para que as pessoas permanecessem nesta região e para que pudessem voltar a ter alguma normalidade, a normalidade possível, nas suas vidas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Claro que sim, foi muito importante. Digo, muito francamente, que se, por acaso, as segundas habitações não forem recuperadas as aldeias ficam tristes.

Passamos nas aldeias e acabamos por lembrar um pouco a situação vivida, mas os apoios foram muito importantes para dar um bocadinho de ânimo à população.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Relativamente à habitação, já disse que não acompanhou o processo, que estava no âmbito do Fundo REVITA. Do que conhece deste Fundo, sabendo que nele estão representadas entidades públicas, entidades privadas e entidades do terceiro setor, ou seja, da segurança social, das misericórdias e das próprias câmaras municipais, pergunto-lhe: acha que este Fundo estava organizado de maneira a garantir a transparência e a multidisciplinaridade necessárias para assegurar que a atribuição dos apoios é feita de forma regular?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Do conhecimento que tenho, penso que não houve qualquer interesse próprio. Ou seja, procurou-se fazer o melhor, porque foi uma situação muito catastrófica. Foram dias em que nem dava para pensar, mas penso que se tentou fazer o melhor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não tendo estado em funções nos momentos iniciais, pois só começou a exercê-las a partir de setembro ou outubro, e tendo em conta esse contexto de que nos falava, perguntava-lhe se acompanhou, de alguma forma, o processo do levantamento das

necessidades da população, a nível da habitação, nessa altura ou depois. Elas foram, efetivamente, todas salvaguardadas pelo Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Penso que sim, mas não posso afirmar a 100%.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sabe quantas casas de primeira habitação estavam identificadas junto do REVITA? Penso que já respondeu, mas peço-lhe para concretizar se essas casas já estão todas reconstruídas?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sinceramente, não sei dizer o número de casas de primeira habitação, mas, pelo que sei, já estão todas reconstruídas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Conhece o processo de atribuição dos apoios por parte do Fundo REVITA? Acha que o processo, como foi definido e com as condições que tinha, foi moroso ou teve a celeridade necessária para dar uma resposta às famílias no mais curto intervalo de tempo, para reconstruírem as suas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Pelo que tive conhecimento, este foi um processo de nível acelerado, porque se queria alojar as pessoas nas próprias habitações o mais rapidamente possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Portanto, considera que, efetivamente, houve uma interligação entre o Fundo criado para apoiar estas famílias e as próprias famílias através do município, com um interlocutor via município? Ou seja, que houve esta articulação, com a boa-fé de todos os intervenientes, para que as habitações fossem recuperadas no mais célere intervalo de tempo, com a necessidade de enquadrar esta celeridade na legislação.

Foi com a boa-fé de dar uma resposta célere às famílias?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, afirmativo.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Quanto às segundas habitações, admito que também não nos saiba responder, pois referiu que não sabia quantas eram de primeira habitação, mas pergunto: sabe se houve alguma segunda habitação reconstruída?

Já agora, sabe de algumas segundas habitações que não foram reconstruídas por opção dos proprietários, não havendo sequer esta vontade de reconstrução? Se sim, qual é o motivo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não sei mesmo dar resposta a essa pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Relativamente aos apoios agrícolas, foram construídos três instrumentos para o potencial produtivo da região: no âmbito do REVITA, foram dados apoios entre os 1053 € e os 5000 €; havia também uns subsídios, criados através de uma portaria, até ao valor dos 1053 €; e, ainda, um conjunto de apoios criados no âmbito do PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2020) acima dos 5000 €. Havia estes três instrumentos.

Considera que estes apoios foram suficientes para salvaguardar a manutenção do potencial produtivo da região, nomeadamente de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Penso que não, porque Pedrógão Grande vivia um bocadinho com sacrifício. Sacrifício porque o que tinha era resina, floresta, a nível de madeiras, e um bocadinho de agricultura de subsistência.

Ou seja, ardeu o pinhal e a resina desapareceu. Foi uma fonte de rendimento que desapareceu... foi no incêndio de 1991. Praticamente em todas as aldeias, mais de 60% dos homens tinham esse trabalho.

Também havia os madeireiros, que cortavam madeira para as celuloses, para as serrações... Ardeu o pinhal e os eucaliptos, ficaram sem rendimentos.

Em relação à agricultura, aquilo é minifúndio e as pessoas continuam a viver um bocadinho à margem.

Para além disso, qual era uma outra atividade que existia na zona? Eram as diversões de feira, carrocéis, etc. Neste momento, com esta situação da COVID-19, estão a aparecer bastantes dificuldades a nível económico e as famílias estão a viver algumas dificuldades.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Marina Gonçalves (PS): — Só para clarificar, quando diz que acha que os apoios não chegaram, pensa que o problema esteve no processo de atribuição, por não ser simples? Era um problema de não terem chegado os apoios criados? Ou é por outro motivo?

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Fernandes do Jogo: — Acho que Pedrógão precisa um pouco de tudo. Deixava a seguinte mensagem aos Srs. Deputados, pois, se por acaso conseguirem fazer alguma coisa, a autarquia, tanto a Câmara como a Junta de Freguesia, agradecia muito: precisamos de incentivos para a fixação de pessoas e de as cativar a investir em Pedrógão a nível turístico.

Digo a nível turístico porque, neste momento, há muita procura por parte de estrangeiros. Alguns deles já tiveram habitação no Algarve e, neste momento, estão a trocar o Algarve pela zona interior, mas têm de ter condições e tem de haver divulgação. Se por acaso conseguissem, agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tomamos nota desse apelo, eu e toda a Comissão.

Sr.^a Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Obviamente que tomamos nota desse apelo, embora seja um bocadinho à parte do objeto desta Comissão de Inquérito e, por isso, centrava-me novamente, clarificando aquilo que lhe queria perguntar.

São obviamente necessários os incentivos à fixação das pessoas no interior, mas o que lhe pergunto, concretamente, é isto: em relação aos apoios criados, comparando o que já existia em Pedrógão Grande e aquilo que existe hoje, houve realmente os apoios necessários para que as pessoas que já estavam em Pedrógão Grande pudessem continuar a sua atividade ou houve algum problema na reposição do potencial produtivo?

Com os instrumentos criados, houve alguma insuficiência para garantir que o que havia se manteria na região?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Como é uma população um bocadinho idosa, penso que parte das pessoas nem recorreram a esses subsídios. Não tiveram meios, talvez, para beneficiarem de alguns desses apoios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Para confirmar, pergunto: havia os apoios, mas, por burocracia ou por falta de conhecimento, as pessoas acabaram por não aceder aos instrumentos criados?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ainda sobre os apoios, relativamente aos equipamentos municipais e coletivos dos concelhos afetados foram criados instrumentos, quer a nível de programas operacionais, quer a nível do FEM (Fundo de Emergência Municipal), para recuperar as infraestruturas.

Na freguesia de Pedrógão Grande, esses instrumentos foram utilizados para recuperação de equipamentos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não tenho conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Mas houve danos em instrumentos coletivos? Falo em instrumentos da freguesia que pudessem ser geridos pelo município, mas que estivessem na freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Penso que pelo menos uma associação teve alguns danos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Portanto, de cariz público, ou seja, equipamentos públicos que fossem geridos pela Câmara ou pela Junta de Freguesia, não houve nada danificado nos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — A nível de estruturas, de depósitos de água... nessa área, penso que sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E a sua reconstrução foi feita através destes apoios, através da ação do município e da freguesia, ou ficou por fazer?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Pelo que tenho conhecimento, foram efetuados.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Por quem?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Por fundos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada, para prosseguir.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Passava agora a fazer o enquadramento sobre o apoio ao tecido económico e às empresas da região. Sabe qual foi a dimensão das empresas afetadas pelos incêndios em Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Infelizmente, Pedrógão Grande tem pouca indústria, portanto não deve ter sido muito grande.

Castanheira de Pera, por exemplo, sei que sim, e Figueiró também, mas Pedrógão Grande tem mesmo muito pouca indústria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E a nível do tecido empresarial, falando na perspetiva do emprego mais comum de Pedrógão Grande, houve alguma diferença da parte da população?

Recuando à data dos incêndios e comparando com a data de hoje, houve algum efeito dos incêndios neste tecido económico da região e da freguesia de Pedrógão Grande, ou houve uma recuperação por parte da população e as pessoas continuaram a fixar-se e a manter as suas vidas profissionais ali?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — O tecido jovem viu-se obrigado a sair. Ou seja, se já anteriormente saía, neste momento ainda se viu mais obrigado a sair.

Digamos que a população que tem vindo, um pouco, é mesmo de imigrantes, basicamente ingleses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Faltam ainda três grupos parlamentares para finalizar a primeira ronda de perguntas e para obter respostas a outra série de questões que não estas.

Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Olga Silvestre, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, Sr. Carlos do Jogo, o PSD cumprimenta-o e agradece a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários no âmbito da presente Comissão Parlamentar, que visa apurar a responsabilidade do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 nos concelhos do Pinhal Interior.

Cumprimentamos também, de um modo especial, todos os pedroguenses que sofreram a maior tragédia que assolou o País no âmbito de um incêndio. Estamos solidários com as vítimas e prestamos-lhes a nossa mais profunda homenagem.

Deixamos também uma palavra de grande apreço aos bombeiros voluntários e um voto de pesar pelo falecimento do bombeiro voluntário, que ocorreu ontem. Este é um flagelo que nos assola constantemente e que repudiamos veementemente.

No concelho de Pedrógão Grande, entre habitações permanentes, segundas habitações, habitações devolutas, armazéns, barracões agrícolas e outros, foram afetados 312 prédios urbanos pelos incêndios de 2017.

Como autarca, que está próximo da população e que conhece bem a terra e a gente de Pedrógão Grande, foi chamado a colaborar no processo de identificação das casas e/ou das vítimas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Antes de mais, muito obrigado pelas palavras que a Sr.^a Deputada acabou de dizer. Fico-lhe muito grato, em nome dos pedroguenses.

Entrei posteriormente ao grande problema, digamos, e já não tive grandes contatos. Não fui chamado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O Sr. Presidente foi eleito nesse ano, em outubro de 2017. Foi a partir dessa altura, mais incisivamente, que foi feita a recuperação.

Volto a perguntar-lhe se acompanhou de perto, quer a monitorização, quer a recuperação, quer a sinalização de algumas casas, tendo o senhor um conhecimento direto da sua freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — É negativo. Não tive qualquer contato.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor não foi chamado. Confirma?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, confirmo.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Mas o senhor, como autarca que, seguramente, conhece e é dedicado à terra e à sua população, provavelmente até conhecerá os apelidos das famílias — é o caso de um autarca, e falo por mim, porque conheço os apelidos das famílias da minha freguesia — e saberá quais são as casas e em que ruas é que houve problemas provocados pelo incêndio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — A minha freguesia, embora seja no interior, é grande em extensão. É pequena em número de habitantes, mas grande em extensão. E, como já disse, não fui chamado, não fui ouvido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, deixe-me só referir o seguinte: nesta Comissão de Inquérito, as pessoas são obrigadas a comparecer e a dizer aquilo que sabem. Não são obrigadas a dizer o que não sabem, mas aquilo que sabem são obrigadas a dizer.

Fica um bocadinho difícil perceber que o senhor ignore totalmente o que aconteceu na freguesia de Pedrógão e que nem o nome das pessoas saiba. Fica, de facto, difícil. Peço-lhe um esforço de memória para credibilizar um pouco mais as suas declarações.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço as suas considerações, até porque era exatamente o que eu pretendia dizer. Custa, realmente, a perceber que o senhor não saiba.

O senhor deve responder aquilo que sabe, o que presenciou e o que viu. Não foi chamado, mas alguma coisa o senhor viu, presenciou e sabe. Portanto, do que o senhor viu e presenciou, quantas casas em Pedrógão foram afetadas pelos incêndios, na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Pode não saber quantas foram, diga só o que sabe — agora digo-o eu.

Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sei, de facto, que foram algumas casas ardidadas, mas não sei dizer o número em concreto. E, mais uma vez, digo que não fui chamado, não fui ouvido e não fui questionado sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir, por favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Do que acompanha, da sua freguesia e dos seus fregueses, mais alguma vez aconteceu ter existido um incêndio em que tenham ardido algumas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Anteriormente, houve também um incêndio de grandes dimensões. Se não me falha a memória, foi em 1991.

Ardeu uma grande área florestal e também arderam armazéns agrícolas, mas penso que, na altura, não ardeu nenhuma casa de habitação.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Então recorda-se do que aconteceu em 1991 e não se recorda do que aconteceu em 2017? Volto a perguntar: quantas casas de habitação, quantas segundas habitações e quantos barracões arderam na sequência dos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, o senhor recorda-se de quantas habitações ou barracões arderam? Ou conhece algum que tenha ardido?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — O que eu disse foi que penso que em 1991 não ardeu nenhuma casa de habitação. Arderam, sim, armazéns. Não sei em que quantidade, mas tenho conhecimento de que arderam.

Agora, já respondi que não sei o número de primeiras habitações que arderam. Lamento, mas não sei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. A sua resposta foi clara.

Sr.^a Deputada, se faz favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

O PSD e eu própria — também sou do distrito de Leiria, e quero que isso fique registado, daí que conheça bem o concelho e a freguesia de Pedrógão — entendemos que as segundas habitações são muito importantes

para esta zona do interior do País, porque, muitas vezes, são o motor de desenvolvimento económico dessa região.

A minha pergunta, e o que o PSD quer saber, é se alguma segunda habitação, na sua recuperação na sequência dos incêndios de 2017, foi tratada como primeira habitação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — A Junta de Freguesia não teve qualquer envolvimento nessa análise. Quem teve foi a autarquia, a Câmara Municipal, e o REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor já ouviu falar das «casas da vergonha»?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Isso até saiu nos meios de comunicação social.

O Sr. **Presidente**: — Penso que sim.

Sr.^a Deputada, se faz favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Então e se eu lhe perguntar se conhece a rua do Coelhal de Baixo, na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, conheço o Coelhal, mas a rua, em concreto, não lhe sei dizer onde fica.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Então, no Coelhal, em Pedrógão Grande, uma habitação considerada não permanente foi tratada como primeira habitação na sua recuperação. É o n.º 365.

Também não sabe onde é que é?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não sei, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — A rua do Coelhal de Baixo tem quantas casas de habitação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — O Coelhal, em si... não sei precisar em concreto, mas vá lá que tenha alguns 20 habitantes. Uns 20 e poucos habitantes, mas não sei em concreto qual é a casa. Não faço ideia.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Nessa rua ficou alguma casa destruída com os incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não tenho conhecimento.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Conhece a rua da Escola?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Rua da Escola? Possivelmente, há mais do que uma na freguesia de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Estou a referir-me à rua da Escola n.º 10, onde uma habitação que estava abandonada também foi recuperada como primeira habitação.

Tem conhecimento disso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não tenho conhecimento e, como disse, possivelmente, deve haver mais do que uma rua da Escola.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — A rua do Cabeço da Fonte, conhece?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, conhece a rua do Cabeço da Fonte?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Também não.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Então, presumo que também não sabe que houve lá uma habitação não permanente que foi recuperada na sequência dos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — É verdade, não conheço.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Olga Silvestre, dê-me só um segundo. Obviamente, o PSD fará a sua inquirição da forma que entenda e não é a Mesa que vai contrariar isso, de forma nenhuma, mas creio que, manifestamente, pelas ruas não vai conseguir nada do Sr. Presidente, porque ele não sabe onde são.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Não indo pelas ruas, pergunto: tem conhecimento de um terreno, que era um lote para construção, onde foi construída uma habitação como sendo primeira habitação?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Desconheço.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — E quanto a uma casa que foi considerada habitação própria permanente e que não foi recuperada, que era — e posso mostrar a fotografia — de uma pessoa que vivia numa autocaravana? Já foi indemnizada essa pessoa?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, se faz favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Penso que, pelo menos, se tentou fazer algo por isso. A Câmara Municipal procurou fazer algo nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, procurar... Pergunto-lhe se, realmente, fez alguma coisa. Indemnizou?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — A Junta de Freguesia não esteve envolvida nessa situação. A Sr.^a Deputada deve fazer essa pergunta a alguém do município ou a alguém que esteve ligado ao REVITA, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, se faz favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, vou ter de lhe fazer uma pergunta mais de carácter profissional: o senhor, que desempenha as funções de Presidente da Junta de Freguesia, vai lá com que regularidade?

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Vou lá sempre que tenha disponibilidade e que seja chamado. Por outro lado, como já disse, estou no atendimento no Centro de Saúde e, por vezes, as pessoas contactam-me por lá, quando têm algum problema. Perante isso, desloco-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, se faz favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor vive na freguesia de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, se faz favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, vivo na freguesia de Pedrógão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Em que rua?

Risos.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Moro na Travessa dos Sobreiros, 3270-314, na vila de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^a Deputada, se faz favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor não é um autarca próximo dos seus fregueses? Não visita com frequência os seus fregueses?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Como disse, quando tenho disponibilidade, claro que sim. Mas, em primeiro lugar, como deve calcular está a minha vida pessoal.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Estava a perguntar no âmbito da sua atividade de autarca, não quero saber disso.

Vou fazer-lhe outra pergunta. No âmbito das segundas habitações, a Lei n.º 114/2017, do Orçamento do Estado, veio permitir que os municípios apoiassem as segundas habitações. Sabe qual era a percentagem de apoio que o município de Pedrógão Grande estabeleceu no seu regulamento para apoiar as segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Peço desculpa, mas, muito sinceramente, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Olga Silvestre, se faz favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente da Junta, vou ter de lhe perguntar o seguinte: o que é que o senhor sabe daquilo que se passou relativamente à recuperação das habitações e do apoio às famílias, na sequência dos incêndios de 2017? O que é que o senhor sabe?

O Sr. **Presidente**: — A pergunta é vaga, mas pode fazer mais sentido, Sr.^a Deputada.

Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Como já disse, eu entrei em outubro. Tomei posse em outubro. Digamos que essas situações tinham sido já um pouco tratadas anteriormente.

A nível um pouco sentimental, sei que as pessoas sofreram e continuam a sofrer muito as suas perdas, quer materiais, quer pessoais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — A maior parte dos apoios que existiram foram canalizados para o Fundo REVITA, onde havia uma comparticipação de instituições e uma comparticipação do Estado.

Houve alguns donativos, em dinheiro, que tenham sido atribuídos diretamente a entidades, designadamente ao município, ou a beneficiários particulares?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Isso continua um bocadinho no mesmo seguimento. Ou seja, a autarquia e o REVITA é que estão por dentro dessa situação. A Junta de Freguesia não teve ligação com essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Na onda de solidariedade que envolveu o País, grande parte dos donativos foram em espécie,

designadamente, como vimos na televisão, frigoríficos e uma série de eletrodomésticos, entre outros.

Tem conhecimento de onde foram guardados esses donativos em espécie?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Houve pessoas que os entregaram porta a porta e houve, de facto, alguns que foram guardados em armazéns do município. Ou seja, houve instituições e particulares que andaram a fazer entregas de porta em porta, porque havia pessoas que estavam à porta a lamentar-se. Houve pessoas que, em vez de entregarem na Câmara Municipal, entregaram diretamente às pessoas em questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, quando refere «porta a porta», quem é que andou a fazer essas entregas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Ou seja, foram os particulares em questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Tirando esses bens, que foram entregues porta a porta, para os outros bens em espécie que foram guardados

nos armazéns do município, como referiu, qual foi o critério usado para adjudicar ou fazer os donativos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Mais uma vez, peço desculpa, mas essa pergunta deve ser feita a alguém da autarquia, ou seja, da Câmara Municipal, ou então do REVITA, porque a Junta... Eu, como eleito em outubro, não vivi já esses donativos. Quanto entrei para a Junta de Freguesia, não tinha absolutamente nada para dar, dos incêndios, que fique bem registado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra, para terminar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor não tinha nada para dar, mas alguém lhe pediu alguma coisa?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sim, por acaso a minha mulher pediu-me, mas, como eu não tinha nada para dar, não dei.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Para terminar, e em jeito de conclusão, a minha pergunta é geral. Na freguesia e no concelho de Pedrógão

Grande, relativamente à atribuição de subsídios pós-incêndio, a população está satisfeita e está tudo bem?

Faço uma segunda pergunta: se assim for, se estiver tudo bem, por que razão é que a Cáritas, a Fundação Calouste Gulbenkian e a União das Misericórdias Portuguesas estão a pedir o reembolso dos donativos que atribuíram?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Poderá não estar bem, mas, mais uma vez, alguém terá de responder por isso e não é a Junta de Freguesia. Não este Executivo da Junta de Freguesia.

Mais uma vez, volto a dizer que a Junta de Freguesia não fez doação de espécie alguma. Este Executivo não fez doação de espécie alguma.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, só mesmo em jeito de conclusão...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Nós, PSD, não estamos a pedir responsabilidades à Junta de Freguesia, estamos a pedir que nos esclareça, só isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, não era uma pergunta, antes um esclarecimento.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, queria pedir-lhe que fizesse o favor de solicitar à Sr.^a Deputada que acabou de fazer a intervenção que entregasse a esta Comissão o documento que tem a sentença de que as casas, com as ruas e os números que aqui frisou, são ilegais e irregulares. Esse documento, obviamente, terá de vir acompanhado com a decisão final, a sentença, de que assim se trata.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, todos ouviram a intervenção da Sr.^a Deputada. Caso o PSD entenda fazer a junção, à Comissão, de algum documento que suporte algumas das afirmações que aqui fez, em benefício dos trabalhos, assim seja.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Eu respondo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada não foi interpelada, foi apenas um requerimento à Mesa. A Mesa tomou boa nota dele e informa o PSD de que, em benefício dos trabalhos, se quiser entregar um documento que suporte as afirmações que fez ele engrossará a lista de documentos da Comissão.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito?

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O documento que foi aqui seguido para colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Junta está junto à Comissão de Inquérito. É um documento público, dentro do âmbito da Comissão de Inquérito, e, além disso, o depoente referiu que teve conhecimento através da comunicação social.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, consegue esclarecer um pouco melhor onde está esse documento? Agradecia que o fizesse.

Entretanto, enquanto a Sr.^a Deputada analisa, devolvo a palavra à Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, que a pediu novamente.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é para insistir, efetivamente, naquilo que pedi para ser entregue. Não foi mencionado qual é o documento, que pelos vistos a Comissão tem, que diz, taxativamente, que o número tal da rua tal é uma casa irregular, construída de forma irregular e que teve uma sentença definitiva.

Portanto, como não conheço a existência desse documento na Comissão, isto tem de ficar completamente esclarecido, Sr. Presidente, porque é grave.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, aquilo que cada Deputado diz a ele responsabiliza ou, no limite, ao seu grupo parlamentar. Neste caso, até é a ele mesmo.

Entretanto, a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira pediu a palavra. Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, é também para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Relativamente ao documento, a referência a uma sentença transitada em julgado é da responsabilidade de quem a fez, que, neste caso, é do Grupo Parlamentar do PS. Aliás, é da Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, porque ninguém, aqui, fez referência a nenhuma sentença transitada em julgado.

Fez-se, sim, referência a um documento denominado «Casas da Vergonha», que tem que ver com uma reportagem da TVI, que teve o mesmo título, e que, aliás, consta dos documentos da Comissão, logo juntos no início, aquando da audição de Vítor Reis...

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

Permita-me terminar.

Acresce que esse mesmo documento e essa reportagem são especificamente referidos na auditoria do Tribunal de Contas.

É com base nessas referências — não estando a Comissão a fazer, nem lhe competindo fazer, julgamentos nem sentenças transitadas em julgado —

que se está a perguntar relativamente a esta relação de casas. Está-se a fazer perguntas sobre casas concretas que são referidas, inclusive, na auditoria do Tribunal de Contas.

É uma responsabilidade política que se está aqui a aferir. O tribunal julgará o que tem de julgar, que não é o que compete a esta Comissão de Inquérito, mas é o que parece que se quer transformar esta Comissão de Inquérito, em não apurar da verdade. E apurar a verdade é a nossa missão última.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Vou mesmo terminar, Sr. Presidente.

Portanto, a referência ao documento está na Comissão, basta consultar todos os documentos que lá estão, estando aqui de forma apenas sucinta.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que cada grupo parlamentar já fez consignar nos trabalhos da Comissão, com clareza e para efeitos de ata, qual era a sua posição, pelo que gostava de continuar a nossa audição, se me permitirem.

Assim sendo, com vossa licença, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao Sr. Deputado Ricardo Vicente.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Sr. Carlos Fernandes, como Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, pela sua disponibilidade para vir aqui, hoje, prestar declarações e pela informação que nos traz.

O Bloco de Esquerda considera que, infelizmente, tragédias como a de Pedrógão Grande só se concretizaram por muita incapacidade do serviço público e da política pública, durante demasiado tempo, para intervir na gestão e no ordenamento florestal, assim como sobre o sistema de proteção civil, com a elevada desvalorização deste serviço. Só podemos lamentar também os gravíssimos impactos que este acontecimento teve na região e na vida de cada um dos cidadãos afetados, direta ou indiretamente, por esta tragédia.

Feito este aparte, quero deixar-lhe algumas questões. Sei que várias já foram feitas antes da minha intervenção, mas queria questionar diretamente como avalia o processo de atribuição de apoios, no âmbito do REVITA, para a recuperação de habitações na freguesia de Pedrógão Grande. Qual é a sua opinião a respeito do bom funcionamento, ou não, deste Fundo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas palavras.

Penso que a comissão do REVITA procurou fazer o melhor e mais rápido que pôde. Pode não ter sido na perfeição, a 100%, mas procurou o melhor e o mais rápido possível, sem prejudicar ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — O Fundo REVITA foi também utilizado para repor o potencial produtivo da região. Como avalia a atribuição destes apoios na freguesia de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sr. Deputado, penso que o REVITA procurou ajudar a empresa... embora, como já disse, haja poucas empresas. Procurou fazer o melhor e ajudar o melhor que pôde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Tem conhecimento de aplicação indevida de apoios públicos em Pedrógão Grande? Ou seja, da atribuição de dinheiros públicos que não deveriam ter sido atribuídos.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não tenho conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Considera que os apoios públicos concedidos em Pedrógão Grande foram suficientes para fazer face à situação concreta?

Em caso negativo, que apoios são precisos e que necessidades decorrentes do grande incêndio de 2017 faltam colmatar na freguesia de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Carlos Fernandes, faça favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Penso que não foram suficientes e peço que não se esqueçam do interior.

Mais uma vez, peço que não se esqueçam do interior e que tentem deslocar ou cativar para lá alguma indústria, porque, neste momento, a população que existe tem baixos recursos económicos.

Uma das fontes de rendimento, que dava um bocadinho de alma à população, era, volto a dizer, a indústria de diversão, dos carrosséis. Neste momento, com esta situação da COVID-19, os industriais de carrosséis — não digo todos, mas a maior parte — estão a viver sérias dificuldades, tanto eles como os seus empregados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas para acrescentar às já realizadas. Obrigado pelas suas declarações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos prosseguir com as perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e, em particular o Sr. Carlos do Jogo, que tem estado nesta Comissão de Inquérito.

Julgo que o Sr. Presidente da Junta terá percebido o objeto desta Comissão. Não estamos aqui a julgar ninguém, estamos apenas a tentar concretizar o que foi definido em termos do objeto da Comissão de Inquérito e o PCP tem deixado bastante clara a sua apreciação relativamente às suas consequências da mesma, nomeadamente no que tem que ver com um clima de suspeição que tem sido levantado acerca das vítimas de Pedrogão.

Sempre o dissemos, temo-lo dito e voltamos a dizer: entendemos que as vítimas foram vítimas, não foram culpadas do que aconteceu e, nesse sentido, podem aquelas pessoas e aquele território contar com o PCP para defender intransigentemente a necessidade de, por um lado, se repor aquilo que perderam e, por outro lado, que tudo seja feito para que o drama não se volte a repetir.

Naturalmente, não há ninguém que não lamente o que ocorreu, mas é preciso passar dos lamentos à concretização e a verdade é que, neste momento, importa avaliar o que existia, o que foi apoiado e concretizado e, também, o que falta fazer.

Nesse sentido, sendo o Sr. Presidente residente em Pedrógão Grande, para além de todas as responsabilidades, mas também como cidadão daquela localidade e daquele território, quero perguntar-lhe qual é o sentimento da população relativamente a todo este clima de suspeição que foi criado à volta da recuperação e dos apoios a esta catástrofe.

Qual é o sentimento que as pessoas têm, neste momento, pelo facto de muita gente neste País lhes ter apontado o dedo e acusado de se quererem aproveitar da situação mais do que, propriamente, quererem o ressarcimento daquilo que perderam?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas palavras.

Tenho a dizer que a população que reside atualmente em Pedrógão Grande se pode considerar resistente, uma população que viveu e continua a viver dificuldades, mas são pessoas boas, pessoas de bom coração e pessoas sérias.

Com esta situação toda... Ou seja, mais uma vez volto a dizer: as diversões de carrosséis andam pelo País todo e são de Pedrogão, a maior parte delas. Quando chegam a uma terra, dizem logo: «Oh! Pedrogão, Pedrogão!». Não digo mais, pois não vale a pena dizer mais. Dizem tudo menos bem. Ou seja, a população de Pedrogão Grande ficou com um rótulo menos bom, mas afirmo que as pessoas de Pedrogão são humildes, amigas de ajudar, com bom coração e sinceras.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, de facto, o PCP identificou, precisamente, que, ao querer levar até ao fim e concretizar esta Comissão, o PSD não vem ajudar, de forma alguma, a colmatar este clima de suspeição que foi levantado. Antes pelo contrário, pois, na nossa apreciação, ainda veio intensificar mais esse sentimento.

Na verdade, uma coisa é apontar o dedo e outra coisa é exigir. Entendemos que a população deve continuar a exigir aquilo a que tem direito.

De qualquer forma, sendo Presidente da Junta, conhece, certamente, os seus fregueses e a sua freguesia. Alguém o procurou, solicitando apoios em concreto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Realmente, como já disse, houve pessoas que ainda abordaram a Junta de Freguesia a perguntar se esta ainda tinha alguns bens para doar. Mas a Junta de Freguesia, este Executivo, na altura já não tinha nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, compreendo que tenha a necessidade de clarificar que a Junta de Freguesia teve limitações em termos dos apoios que pode dar e também que tem limitações em termos das suas responsabilidades nos processos de apoios. Isso é claro. As pessoas é que, muitas vezes, procuram apoios em todo o lado, principalmente naquele que é uma referência fundamental, como é o caso de um presidente de junta de freguesia.

Houve quem solicitasse apoios — não apoios em concreto, mas sim que lhes abrissem as portas para acederem a esses apoios — nos âmbitos da agricultura, da pecuária e até mesmo das perdas das famílias, nomeadamente das suas habitações? Em concreto, foram, ou não, procurar esses apoios junto da Junta de Freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — A nível de agricultura, não temos uma agricultura comercial, é mais uma agricultura de subsistência, para a família.

Uma das coisas que foi mesmo muito solicitada foi o apoio a nível psicológico. Foram encaminhados para um psicólogo, que continua a existir e a dar apoio no Centro de Saúde. E irá ser necessário que ele continue a dar apoio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já aqui falou da importância e das consequências que uma ocorrência desta natureza, com aquela dimensão, tem num território do interior como o de Pedrogão Grande.

Naturalmente, terá conhecimento de gente que possa ter abandonado... Sendo resistentes, sendo resilientes, conhece alguém que tenha abandonado essa agricultura de subsistência por ter perdido muitos dos seus instrumentos de trabalhar a terra? Pode parecer pouco, mas para eles representam muito, seja na agricultura ou na pecuária.

Conhece alguém que tenha deixado a agricultura por não ver mais perspectivas e por não ter condições para continuar, por falta de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — A nível de pecuária não existe praticamente nada e a agricultura é familiar, mas a nível florestal é que há, de facto, muita desmotivação. As pessoas investiram algum dinheiro que tinham e que amealharam durante toda a vida na compra de terrenos, para fazer plantações de pinhal e mesmo de eucaliptal, e, constantemente, perderam aquilo que ao longo da vida se esforçaram para ter.

A maior parte deles, que esperava chegar ao fim da vida com um complemento de reforma, chega ao fim da vida sem dinheiro e sem complemento de reforma. Porquê? Porque depois de a floresta ter sido queimada, praticamente vendem aquela madeira quase a preço de nada e as pessoas desmotivam-se por investir na floresta. Digamos que era uma mais-valia e um «balão de oxigénio» para ajudar um filho ou alguém. Cortavam meia dúzia de pinheiros ou de eucaliptos, recebiam aquele dinheirinho e ajudavam, quer fosse para uma doença, para ajudar um filho a comprar uma casa ou para o que fosse.

Neste momento, ficaram sem nada e, ao mesmo tempo, não têm vontade de voltar a fazer quaisquer plantações nem de olhar pelos terrenos, porque no entender deles não vale a pena. O que eles pensam é que, passados quatro, cinco ou seis anos, estão sujeitos a que aconteça precisamente a mesma coisa. Então, as pessoas desanimam e não fazem absolutamente nada.

Outra coisa é a limpeza em volta das habitações. Aceito, acho que deve ser e que tem de ser feita, mas há pessoas que não têm posses, quer físicas, quer monetárias, para a fazer. Ou seja, as pessoas são obrigadas a fazer a limpeza, mas não têm força nem saúde, porque já estão no fim da vida, e, ao mesmo tempo, não têm dinheiro para pagar a quem o faça. E depois, acabam por receber multas para pagar. As pessoas ficam de mãos atadas e não sabem o que fazer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. João Dias (PCP): — O Sr. Presidente tocou em aspetos muito importantes, para os quais o PCP tem alertado. De facto, neste momento, o rendimento da produção florestal não permite que se faça uma boa gestão da floresta.

Tendo em consideração o que já foi dito, quero apenas que me confirme se esta ideia é clara: neste momento, os territórios arditos onde existia floresta estão abandonados, com infestantes, quer seja pela regeneração natural do eucalipto, quer seja pela mimosa, que vai ganhando terreno, e não tem havido apoios nenhuns para a reflorestação daqueles territórios.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — É verdade. É mais do que verdade, é muito verdade, porque as infestantes, passando o incêndio, ainda ganham mais força e multiplicam-se muito mais. O próprio eucalipto, ao ser cortado, as sementes caem... Numa zona de eucaliptos, onde podia haver só 5, 6 ou 20 árvores, nascem muitos eucaliptos, mais bastos do que o cabelo que tenho na cabeça, mesmo muito, muito bastos e ficam ao deus-dará, porque os proprietários não vão lá arrancar, nem desbastar, nem nada. Se a coisa já estava má, ainda pior ficou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Passo agora para uma área que penso que lhe diz muito respeito, a área dos serviços públicos.

Há pouco, o Sr. Presidente referia que são necessários incentivos à fixação das pessoas e, para nós, é muito claro o que é preciso fazer. O Estado tem de dar o exemplo, pois se não fizer investimentos e não criar condições, nomeadamente em termos de serviços públicos, que permitam a fixação das pessoas, naturalmente, o que tem que ver com o investimento privado e com a fixação dos jovens e de outras pessoas de fora é muito difícil de se concretizar.

Nesse sentido, considerando a importância dos serviços públicos para aqueles territórios, quero perguntar-lhe se eles estão em falta, quer seja na sua freguesia, quer seja no seu concelho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — De facto, o Sr. Deputado tocou num assunto muito importante e, como já referi, estou na área da saúde. Estamos perante uma população muito envelhecida e, a nível de médicos,

temos mesmo carência. Temos mais de 1000 utentes — isto parece pouco, mas a população também não é muita —, cerca de 1500 utentes, sem médico de família.

Como há pouco referi, os estrangeiros procuram aquela zona. Procuram-na, de verdade, mas uma das coisas que eles procuram logo é a assistência na saúde. Se tiverem uma boa assistência na saúde, essa é uma das causas de atração, mas se, por acaso, não tiverem uma boa assistência na saúde, irão procurar outras zonas. Alguns deles também já vêm com alguma idade, para gozar a reforma, e precisam de apoio na saúde. Se não o tiverem... Este é um dos serviços públicos que acho que faz mesmo muita falta na zona interior.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — O Sr. Presidente refere-se ao reforço de um serviço público existente e, claramente, o Estado deve garantir um serviço público ajustado às necessidades da população. Fiquei muito preocupado com este nível de falta de cobertura de médico de família, tendo em consideração a importância que ele tem por ser a primeira porta de entrada para o Serviço Nacional de Saúde.

Tem conhecimento de algum outro serviço público — falo até de serviços de segurança, ou outros — que, estando ainda aberto, esteja na iminência de fechar ou com alguma ameaça de poder vir a encerrar?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Mesmo a nível de segurança, penso que deveria haver mais elementos a proteger as famílias. Embora não

haja muitos, por vezes há intrusos que se fazem passar por pessoas da segurança social ou de outras instituições para extorquir dinheiro a idosos.

A nível de assaltos, não há muitos, mas já vai havendo. E porquê? Porque a GNR que existe no concelho, neste momento, também não é em número suficiente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. João Dias (PCP): — Tendo em consideração todo este processo da reconstrução das habitações, deixo-lhe só uma questão. Naturalmente, já ficou claro que a Junta de Freguesia não tinha responsabilidade nem foi envolvida em todo o processo. No entanto, não está imune nem isolada dos problemas que assolaram aquelas pessoas.

Esta Comissão começou logo com a audição do ex-Presidente do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), que entendeu por bem estudar todo o limite do concelho de Pedrogão Grande, e por ali ficou, sabe-se lá porquê. Ainda não se percebeu muito bem e ele também não concretizou. A verdade é que só se estudou o concelho de Pedrogão Grande, não se foi além das fronteiras do concelho no que diz respeito às habitações, e a preocupação foi com as habitações.

Em todo este processo das habitações, tendo em consideração que o senhor até disse que seria de bom gosto serem reconstituídas — eu diria, e o PCP também, que seria de direito serem reconstruídas, e, naturalmente, entendemos que existe uma prioridade para as primeiras habitações —, identifica algum erro que deveria ter sido corrigido ou que ainda o poderá ser?

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Se houve algum erro, penso que poderá ainda ser corrigido ou, pelo menos, tentar-se que seja corrigido.

Mais uma vez, reforço que, realmente, as segundas habitações deveriam ou devem ser reconstruídas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminámos assim a primeira ronda de perguntas.

Antes de entrarmos na segunda ronda, recordo ao Sr. Presidente que os grupos parlamentares irão usar da palavra até 5 minutos, de forma seguida, com resposta conjunta no final. Portanto, primeiro ouviremos todos os Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em princípio, esta será a última intervenção do Partido Socialista e não podia deixar de começar — da mesma forma que comecei, aliás, a minha primeira intervenção —, deixando claro que, para o Partido Socialista, o que está em causa nestas audições é, precisamente, perceber qual foi a legalidade e a regularidade do processo definido para a atribuição de apoios. Não está em causa, de forma alguma, denegrir ou passar de vítimas a culpados os habitantes de Pedrogão, muito menos aqueles que, num momento delicado, assumiram e continuam a assumir funções políticas e públicas naquela região.

Digo isto porque, ao contrário de outros partidos e de outras intervenções que aqui ouvimos, não assumimos declarações de terceiras pessoas como declarações válidas e como verdades absolutas. Por isso, refutamos em absoluto que se considerem «casas da vergonha» algumas das

habitações que foram reconstruídas no âmbito dos incêndios e pedia também a sua opinião sobre isso.

Considera que as habitações reconstruídas, nomeadamente na sua freguesia e até as habitações que a Sr.^a Deputada do PSD referiu, são, efetivamente, «casas da vergonha», ou considera que são casas de que as pessoas necessitavam, que viram destruídas e que precisavam de ser reconstruídas, para continuarem as suas vidas com a normalidade possível?

Ainda sobre os apoios atribuídos, já referiu a sua perceção do porquê de algumas pessoas não terem acedido aos apoios agrícolas, mas, dos dados que temos, dos documentos que nos foram entregues e dos factos que conhecemos — e falo de factos! —, sabemos que foram apoiados 1131 agricultores, no âmbito do Fundo REVITA, e que 58% dos valores do REVITA foram precisamente para apoiar os prejuízos agrícolas.

Não nesta Comissão, mas noutros fóruns de debate sobre os apoios atribuídos nos incêndios, o PSD já levantou suspeitas sobre a atribuição dos apoios, achando que alguns tinham sido atribuídos de forma exagerada ou a quem não necessitava deles.

Do que conhece acerca dos apoios atribuídos na sua freguesia, considera que foram atribuídos a quem efetivamente precisava deles, a quem tinha a sua agricultura de subsistência, ou também concorda com estas suspeições de terem sido exagerados? Considera que estes apoios dados no âmbito dos programas definidos pelo Governo foram excessivos, ou que foram uma salvaguarda para estas famílias que tinham a agricultura de subsistência como meio de sobrevivência?

Referiu que, quando assumiu as suas funções na Junta, não tinha nenhum tipo de apoio para dar, daqueles que eram da sua competência. Pergunto-lhe se, antes de tomar posse, portanto, no mandato do Presidente da Junta anterior, houve algum tipo de iniciativa ou de apoio atribuído à população. Conhece algum apoio atribuído à população?

Já agora, também lhe pergunto, quase em jeito de reflexão, qual é a sua perceção sobre as perguntas que lhe foram feitas para saber sobre todo o processo de atribuição de fundos e toda a ajuda que foi dada no imediato, aquando dos incêndios, tendo em conta que só tomou posse em outubro. Não acha estranho que as perguntas tenham uma componente tão política sobre a sua ação, quase esquecendo que o seu mandato se iniciou em outubro e não na altura dos incêndios e que, portanto, quando chegou, muito dos apoios já tinham sido dados e os projetos já estavam em execução?

Por último, não posso deixar de fazer um reparo relativamente à qualidade e à condição em que vem para ser ouvido nesta Comissão. Efetivamente, o que pedimos ao Sr. Presidente da Junta é que nos relate a sua perceção sobre aquilo que aconteceu, sobre o processo, os benefícios ou os prejuízos dos apoios dados pelo Governo, e não pôr em causa a sua ação ou o seu papel. Até porque o primeiro diploma que saiu por parte do Governo, no âmbito do apoio às populações, que foi a Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2017, de 12 de julho — mais uma vez, um facto —, refere expressamente que todas as medidas e todos os apoios definidos devem ser implementados «em articulação com os municípios dos territórios afetados», e não pelas juntas de freguesia.

Portanto, não é justo nem lícito da nossa parte fazer um julgamento sobre a ação do Sr. Presidente da Junta, mas, sim, fazer perguntas sobre o seu conhecimento do território e a sua perceção sobre a forma como os apoios foram atribuídos e a ajuda que foi dada à população.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr.^a Deputada.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Olga Silvestre, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Junta, volto a repetir o que disse há pouco: as questões que lhe foram colocadas, foram-no no âmbito do seu conhecimento direto enquanto Presidente da Junta e não como pessoa interveniente no processo de atribuição de subsídios, ou na escolha e no critério dessa atribuição.

Posto isto, quero perguntar-lhe o seguinte: considera que o apoio que o Estado deu aos agricultores e aos produtores agrícolas da sua freguesia foi suficiente?

Já por várias vezes referiu o REVITA. Considera que houve transparência e controlo na atribuição desses subsídios, na sequência do REVITA?

As vítimas dos incêndios e as suas famílias tiveram os apoios necessários para tentarem restabelecer o que se pode chamar de «vida normal», quer na saúde, quer nos seus bens? Houve esse apoio, no restabelecimento da vida normal?

No rescaldo dos incêndios, que medidas de reforço e prevenção para o combate aos incêndios foram implementadas na sua freguesia, do conhecimento que tem?

Sabe se existiu investimento no sistema de comunicação de emergência e de segurança?

Houve reforço de profissionais dos serviços públicos?

De todos os montantes anunciados — e lembramos que foram milhões —, do conhecimento que tem, quais foram aplicados em concreto na sua freguesia? E os que foram, foram-no de acordo com as maiores necessidades de recuperação dos habitantes da sua freguesia?

Sr. Presidente, que fique claro que as vítimas e os beneficiários dos fundos não estão a ser perseguidos, pois o que se pretende é que todos recuperem o que perderam, e foi muito. No entanto, a responsabilidade das decisões na atribuição dos subsídios tem de ser aferida, porque, em última

instância, o que está em causa é a distribuição do dinheiro que é de todos os portugueses, dinheiro esse que, como já por várias vezes foi referido, é sagrado.

Muito obrigada pela sua presença.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Carlos do Jogo, quero fazer-lhe questões apenas sobre dois temas, um que tem que ver com a saúde e outro que tem que ver com a segurança.

Desde logo, queria dizer-lhe que a segurança não é objeto desta Comissão de Inquérito. Isto para nossa perplexidade, uma vez que, na nossa perspetiva, a segurança é, também ela, um apoio que deveria ser garantido e assegurado a esta população, até porque foi neste aspeto que muito falhou, garantidamente, tendo em consideração o número de vítimas e a dimensão do incêndio.

No que toca à saúde — tendo em consideração a posição mais vantajosa que tem, diria eu, em termos de conhecimento de causa, por ser administrativo no Centro de Saúde —, relativamente às consequências para as vítimas, tem conhecimento de alguma vítima que tenha sido afetada fisicamente, que tenha ficado com consequências? Em caso afirmativo, essas vítimas mantêm os apoios, quer em termos de consultas, quer em termos de acesso à medicação, nomeadamente a cremes, para que se possam colmatar as consequências das queimaduras graves que tenham ocorrido?

Relativamente ao apoio psicológico, um depoente anterior, nomeadamente o ex-Presidente da Junta de Freguesia da qual o senhor é

atualmente Presidente, referiu que existe uma rotatividade frequente dos profissionais de saúde, nomeadamente dos psicólogos, o que poderá constituir alguma dificuldade acrescida nesse apoio, tendo em consideração que estamos a falar de apoio psicológico, o qual carece de alguma continuidade em termos do contacto com as vítimas.

Pedia-lhe, então, que nos confirmasse se existe esta rotatividade e esta alteração dos profissionais, não sendo sempre os mesmos que se apresentam perante as vítimas que precisam de apoio psicológico. Nesse sentido, como avalia o apoio psicológico dado? Ele é, ou não, suficiente para responder à necessidade daquela população?

Relativamente à segurança, se possível, queria que fizesse uma avaliação do que foi alterado após toda a ocorrência, nomeadamente em relação ao programa Aldeia Segura. Este programa foi concretizado? Qual é a apreciação que faz do mesmo?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder a este conjunto de questões, tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, o Sr. Carlos Fernandes do Jogo.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Respondendo à Sr.^a Deputada do PS, acerca das «casas da vergonha», se me permitem, faço uma pergunta. Imaginem que tinham uma casa, quer seja de primeira, de segunda ou de terceira, que ardeu. Será que ela não merecia e que não merece ser reconstruída? Imaginem o que é perder os bens pessoais que têm e ficarem mesmo sem uma casa. Acho que a casa deve ser e tem de ser reconstruída. Nem é bom imaginar, nem é bom pensar, quanto mais viver as situações.

No que diz respeito a apoios à agricultura, acho que não foram suficientes. Penso que deveria haver apoios para investir na floresta, mas

numa floresta ordenada e diferente da que temos atualmente, ou seja, à base de eucalipto e de infestantes. Deveria haver incentivos para os proprietários fazerem plantações de sobreiros, castanheiros, carvalhos... principalmente esses.

Não sei se me faltou responder a alguma coisinha. Tomei aqui umas notas...

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente, demore o tempo que entender, até porque foi um conjunto muito alargado de perguntas. Se entender ler as suas notas, aguardamos um bocadinho.

O Sr. Carlos Fernandes do Jogo: — Passava, então, a dar resposta à Sr.^a Deputada do PSD.

Como já disse, os apoios não foram suficientes. A população precisa de apoio a todos os níveis, quer seja económico, quer seja psicológico. A população continua a precisar de apoio, porque as pessoas não estão bem. Ainda hoje, continua a haver pessoas que descompensaram, que andam desanimadas...

No que diz respeito ao REVITA, mais uma vez digo que essas perguntas em concreto devem ser feitas a alguém que esteve ligado à comissão do REVITA, não a mim, porque não estou por dentro dessa situação.

A nível de prevenção, têm-se feito faixas junto a estradas. Essas faixas fazem-se este ano e passado meio ano já deveriam estar a ser feitas, porque não há hipótese. Já não digo meio ano, digo um ano. Ao fim de um ano, os eucaliptos e as infestantes estão mais altos do que eu, mesmo nessas faixas que estão feitas.

Também há a polémica do herbicida, mas é assim, falando por mim e pela Junta de Freguesia: desde que tomei posse, não tenho utilizado

herbicida, mas tenho mais de 50 aldeias e não faço outra coisa, praticamente, do que andar a cortar erva pelas aldeias. Ou seja, se, por acaso, fosse permitido usar algum herbicida, como anteriormente, isso daria mais «leque» para podermos fazer outras coisas para bem da população. É que, embora seja interior, o clima alterou um bocadinho, ou seja, durante o dia é quente, à noite refresca e, por vezes, chove em plena primavera ou em pleno verão, o que faz com que a vegetação cresça muito. Como já disse, as faixas são muito bem feitas, mas, para ficar mesmo bem, deveriam ser feitas todos os anos. Para as fazer todos os anos, não é fácil.

Respondendo ao Sr. Deputado do PCP, a nível da saúde, como disse há bocadinho, há mais de 1000 utentes sem médico, mas, dos dois médicos que temos vinculados ao Centro de Saúde, um vai reformar-se este ano e o outro, passado um ano ou dois, vai reformar-se também. Imagine o que é 4000 e tal utentes sem médico de família, porque isso vai acontecer. Já agora, mesmo a nível de receituário, não é fácil dar resposta.

Para além disso, houve — e agradeço — a reparação do Centro de Saúde e foi criado um gabinete para dentista. Realmente, a sala está completa, toda equipada, mas ainda estamos a aguardar o dentista, há já um ano e tal. Foi, no mínimo, há um ano ou dois e ainda lá não chegou o dentista. Acho que se, por acaso, fosse possível fazer-se alguma coisa, também seria bom.

Ao nível da segurança, como já disse, procurou-se fazer as faixas e ao nível da Aldeia Segura também se deram umas explicações, percorrendo algumas aldeias. Criou-se o oficial de justiça.... Pronto, procurou-se fazer alguma coisa nesse sentido.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Presidente Carlos Fernandes do Jogo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande.

Srs. Deputados, havendo inscrições, passamos à terceira ronda de perguntas. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pedi a palavra para que receber a opinião do Sr. Presidente da Junta, mas também para clarificarmos uma questão levantada na segunda ronda pela Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, mais concretamente acerca dos apoios dados à agricultura e, neles, à agricultura de subsistência. As suspeições não recaem exclusivamente sobre as habitações e sou forçada a recuperar uma audição ao Presidente do REVITA, o Dr. Rui Fiolhais, datada de 16 de outubro de 2018.

Na altura, um Deputado do PSD, Maurício Marques, fez considerações sobre os apoios dados exatamente aos pequenos agricultores, apoios esses que o Sr. Presidente da Junta diz que foram poucos. Pois bem, o que foi assumido pelo PSD na Assembleia da República, e vou passar a referir resumidamente, foi a opinião de que o Fundo REVITA se apressou a despejar o dinheiro para calar aquela gente. Na altura, o Sr. Deputado do PSD disse que no âmbito do Fundo REVITA — porque, como sabe, abaixo dos 1000 € e pouco houve também apoios por uma Portaria e, acima dos 5000 €, pelo PDR — foram atribuídos e processados subsídios a 1131 agricultores, fazendo a seguinte acusação: «Sabemos bem que não existem naquela zona 1131 produtores agrícolas».

As acusações somam-se e o que lhe quero dizer é que há quem ache que isto foi demais e que se despejou dinheiro, mas o Sr. Presidente da Junta entende que foi pouco. É capaz de ajudar a clarificar esta questão?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, relativamente aos apoios — pegando um bocadinho no que acabou de dizer a Sr.^a Deputada e nas considerações tecidas no âmbito dessa audição, na qual, aliás, estive presente —, vou aproveitar para que nos esclareça. Isto para o caso de ter memória quanto a esta matéria, já que não tem memória para qualquer outra matéria, estranhando eu que um autarca de freguesia seja tão desconhecedor da realidade da sua freguesia. Como autarca que sou, há muitos anos, nunca vi tal coisa, mas já aprendi muita coisa nova.

Sr. Presidente, gostava que fizesse aqui a caracterização da população da sua freguesia. Ao contrário da ideia que se tem tentado criar aqui, não se trata... Sr. Presidente, quero que nos esclareça duas coisas. Primeiro, quanto às habitações, nunca aqui se falou nem se trata da necessidade de reconstruir todas as habitações, uma matéria sobre a qual, aliás, o PSD nunca se opôs. Trata-se, sim, de as primeiras habitações serem primeiras habitações, de as segundas serem segundas e de as terceiras serem terceiras, mas de estarem segundas e terceiras habitações classificadas como se fossem primeiras habitações. Esta é a realidade e não a necessidade que aquela população tem de ver as suas habitações reconstruídas.

Já agora, neste âmbito, pergunto-lhe se, de facto, tem conhecimento, ou não, de habitações que eram casas de fim de semana terem sido reconstruídas antes de outras que eram habitações permanentes. Sabe ou não sabe, Sr. Presidente? Depois também se avaliará esse seu conhecimento ou desconhecimento.

Relativamente aos apoios, gostava que me esclarecesse.... Há, realmente, três tipos de apoios para a agricultura. Há os pequenos danos, até 1000 €; depois, os danos até 5000 €, que passavam por um processo de mera declaração dos lesados; ... Sabe se houve, ou não, algum processo de

controlo que fizesse com que qualquer aproveitamento fosse impedido e que pessoas que realmente tiveram danos acabassem por não os ver reconhecidos e outras apenas que se aproveitaram da possibilidade por mera declaração terem compensações de danos que não existiram.

Faço-lhe esta pergunta porque, de facto... Diga-me, Sr. Presidente, qual é a população do concelho de Pedrógão Grande? Qual é a totalidade da sua população? Vendo a totalidade da sua população, pergunto: quantas explorações há no concelho de Pedrógão Grande? Falando agora num cenário mais micro, pergunto: quantos são os produtores na freguesia de Pedrógão? Isto, sabendo nós que grande parte dela é urbana.

Sr. Presidente, parece-lhe que mais de 1000 beneficiários só em Pedrógão...

A Sr.^a Eurídice Pereira (PS): — Não é só em Pedrógão!

A Sr.^a Emília Cerqueira (PSD): — No Pinhal, no Pinhal, eu não invento nada...

Parece-lhe que corresponde ao número de explorações do Fundo REVITA, ou não? Tendo em conta aqueles que eram objeto de candidaturas, até 5000 € e até 1000 €, pode ter sido, ou não, com este sistema que se criou, objeto de pouca transparência, que pessoas que não tiveram danos tenham visto danos ser indemnizados, enquanto pessoas que, de facto, tiveram danos, até num valor superior, por força da burocracia não o tenham visto?

Vou terminar fazendo-lhe apenas uma pergunta muito simples...

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

Sr.^a Deputada, retifiquei que se tratava do Fundo REVITA, mas parece-me que não ouviu. Era só para esclarecer, Sr.^a Deputada, porque parece que não ouve tudo o que lhe dizem.

Só mesmo para terminar, quando se fala das compensações aos agricultores, das compensações às populações e das compensações para a habitação, também lhe parece justo, Sr. Presidente — e quero deixar-lhe este repto —, que todo o resto do País, quando sofre uma tragédia, tenha de ser escrutinado naqueles que são os seus danos para poder receber os apoios e aquela população, através das decisões das entidades decisórias, não passe por esse escrutínio e possa haver aproveitamentos? Parece-lhe, Sr. Presidente, que essa é a forma correta de agir?

Muito obrigada pelos esclarecimentos que nos trouxe, ou que não nos trouxe, hoje a esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais nenhum grupo parlamentar inscrito e, assim sendo, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para fazer a sua última intervenção.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Ora, fazendo um resumo, é assim: Pedrógão Grande... grande número dos seus habitantes são agricultores. Não é urbano, como a Sr.^a Deputada disse.

A população de Pedrógão é praticamente de agricultores, porque indústria não há, como já referi. Não há só 1000 agricultores...

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Há funcionários públicos, etc...

O Sr. **Presidente**: — Prossiga com a sua intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. **Carlos Fernandes do Jogo**: — Não há só 1000 agricultores. São muito, mas muito, mais de 1000 agricultores. Podem não ser agricultores vendedores, comerciantes, mas são produtores.

Mais uma vez, no que diz respeito aos apoios, volto a referir que essa é uma pergunta que deve ser feita à comissão do REVITA e não a mim. Peço desculpa, mas não deve ser feita a mim.

Resumo assim. Não sei se me querem perguntar mais alguma coisa ou não, mas há uma coisa que quero que fique esclarecida, e que é o seguinte: vim para dizer aquilo que sentia no coração. Não vim para aqui para mentir nem dizer que não sabia, nada disso. Vim com a boa intenção de esclarecer e de clarificar o melhor que sabia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com esta intervenção termina também a audição e agradeço ao Sr. Presidente da Junta pela sua presença.

Queria dar aos Srs. Deputados duas informações relevantes. A primeira é a de que, se nenhum grupo parlamentar tiver nada a opor, na quinta-feira tentaremos começar a Comissão mais cedo, pelas 15 horas e 30 minutos, se for possível, para evitara começar mais tarde de forma escusada. De todo o modo, se tiver de ocorrer alteração de horário não deixaremos de informar.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, fiquei de ver dessa possibilidade, mas não é possível, porque no nosso grupo há mais Deputados

que pertencem à Comissão Permanente, que reúne às 15 horas. Eu própria, a Deputada Marina, e, assim sendo, torna-se complicado...

O Sr. **Presidente:** — Nada a opor.

Assim sendo, Srs. Deputados, mantém-se tudo conforme estava agendado.

Entretanto, queria informar os Srs. Deputados de que no dia 15 de setembro, segundo informação oficiosa chegada à Mesa, teremos jornadas parlamentares do Partido Socialista. Como se recordam, tínhamos guardado um dia de setembro para obviar a qualquer impedimento e, assim sendo, tentaremos que a audiência prevista para o dia 15 seja reagendada para o dia 17. No dia 15 não haverá, garantidamente, nem audiência nem trabalhos nenhuns, porque se se realizarem as jornadas parlamentares do PS não haverá trabalho de nenhum grupo parlamentar.

Mais uma vez, muito obrigado e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 55 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.